

ANÁLISE DAS NEGOCIAÇÕES DO CONSÓRCIO DO FUNIL PELA ÓTICA DA TEORIA DOS CUSTOS DE TRANSAÇÃO

LARISSA CARLA SIQUEIRA

UFLA - Universidade Federal de Lavras
larissasiqueira90@yahoo.com.br

ANDREINA DEL CARMEN CAMERO DE LIMA

UFLA - Universidade Federal de Lavras
andreinalima@yahoo.com.br

ANTÔNIO CARLOS DOS SANTOS

UFLA - Universidade Federal de Lavras
acsantos@dae.ufla.br

ANÁLISE DAS NEGOCIAÇÕES DO CONSÓRCIO DO FUNIL PELA ÓTICA DA TEORIA DOS CUSTOS DE TRANSAÇÃO

RESUMO

No presente trabalho objetivou-se compreender, a partir da ótica da Teoria dos Custos de Transação as negociações desenvolvidas pelo consórcio UHE Funil junto aos atingidos da Comunidade do Funil. Para atender ao objetivo proposto, a pesquisa foi realizada por meio de visitas à Comunidade do Funil, para a coleta de dados. Foram realizadas entrevistas com os sujeitos da pesquisa, por meio de questionário semiestruturado. A técnica de análise utilizada no tratamento dos dados foi a Análise de Conteúdo e as seguintes categorias analíticas: a) especificidade dos ativos; b) racionalidade limitada e oportunismo. Nesse processo de negociação observou-se que a localização foi o ativo específico determinante para a negociação e formulação dos contratos, além disso, observou-se uma grande assimetria de informações entre consórcio e atingidos, e uma situação com de incerteza, tanto para os empreendedores quanto para os atingidos, caracterizando oportunismo e a racionalidade limitada envolvidos na negociação. Dessa maneira, a Teoria dos Custos de Transação apresentou grande contribuição no sentido de analisar o contexto de construção de usinas, trazendo novas perspectivas e direcionamentos para o processo de negociação e elaboração de contratos na implantação dos empreendimentos.

Palavras-chave: custos de transação; racionalidade limitada; oportunismo; especificidade; usinas hidrelétricas.

ABSTRACT

In the present study aimed to understand, from the perspective of the Theory of Transaction Costs negotiations undertaken by HPP Funil consortium together to hit the Community Funil. To attain the goal, the research was conducted through visits to Community funnel, to collect data. Interviews were conducted with the subjects, through semi-structured questionnaire. The analysis technique used in the treatment of the data was the Content Analysis and the following analytical categories: a) asset specificity; b) bounded rationality and opportunism. In this negotiation process we found that the location was the specific asset crucial to the formulation and negotiation of contracts, in addition, there was a large asymmetry of information between the consortium and achieved, and a situation of uncertainty, both for entrepreneurs as to those affected, featuring opportunism and bounded rationality wrapped in trading. Thus, the theory of transaction costs presented great contribution in order to analyze the plant construction context, bringing new perspectives and directions for the process of negotiation and drafting of contracts in the implementation of the projects.

Key-words: transaction costs; bounded rationality; opportunism; specificity; hydroelectric power plants.

1 INTRODUÇÃO

O setor de energia elétrica possui função essencial para o desenvolvimento econômico e social do país. No Brasil, às usinas hidrelétricas são responsáveis por gerar a maior parte da energia consumida por indústrias, comércios e pela população. Não obstante, nos últimos anos houve um grande aumento na construção de barragens, com o intuito de garantir a produção energética, a tendência é que este número continue a crescer.

Embora a geração de energia possa ser benéfica tanto para o Estado e as corporações, quanto para a população, sabe-se que a construção de usinas envolve interesses antagônicos. De um lado, encontra-se o Estado e a iniciativa privada, com interesse na geração de energia elétrica e nos lucros provenientes de tal atividade. Do outro lado, à mercê desses interesses, encontram-se as comunidades afetadas pela construção das barragens que, não tendo envolvimento com a decisão do empreendimento ou com seus objetivos mais gerais, desconhecem os impactos decorrentes desses empreendimentos e se submetem ao imperativo de ter que recomeçar suas vidas. Apesar de recair sobre os atingidos diversas consequências sociais, ambientais e econômicas, esses atores geralmente são abolidos pelos empreendedores de todo o processo, cabendo a eles apenas receber uma indenização ou serem realocados.

Diante da existência de tais conflitos, a Teoria dos Custos de Transação aborda novos pressupostos a cerca dos processos de negociação e para a elaboração de contratos. Os pressupostos básicos que sustentam a teoria dos custos de transação são a especificidade dos ativos, racionalidade limitada dos agentes econômicos e o oportunismo presente nas ações dos envolvidos. Tais pressupostos a respeito da competência cognitiva dos agentes econômicos e dos fatores específicos de cada transação implicam o surgimento de custos de transações.

Dessa maneira, a presente pesquisa tem como objeto de estudo a Usina Hidrelétrica do Funil, localizada entre as cidades de Lavras e Perdões, no sul de Minas Gerais, empreendimento este promovido pelo governo em parceria com a iniciativa privada, sendo o Consórcio responsável pela usina formado pelas empresas Cemig (49%) e Vale (51%). Esse empreendimento começou a ser construído no ano 2000 e iniciou suas operações em 2003. Seu reservatório possui 34,71km² de extensão e sua área de impacto abrangeu os municípios de Lavras, Perdões, Ijaci, Bom Sucesso, Ibituruna e Itumirim. As comunidades Macaia, Pedra Negra e Ponte do Funil foram atingidas diretamente pelo alagamento para formação do reservatório (UHE FUNIL, 2014).

Deve-se observar que, devido aos fins e possibilidades deste estudo, optou-se por considerar como foco de investigação apenas a Comunidade do Funil, tendo como objetivo geral dessa pesquisa investigar e analisar o processo de negociação do Consórcio do Funil pela Ótica da Teoria dos Custos de Transação, enfatizando a especificidades dos ativos, racionalidade limitada e o oportunismo envolvidos neste tipo de negociação.

Tal pesquisa se justifica, pois, esse tipo de empreendimento e de negociação tende a aumentar no atual contexto brasileiro, portanto, é de suma importância estudar tal fenômeno e seus desdobramentos. Além disso, torna-se fundamental compreender como ocorrem os processos de negociação desses empreendimentos e a forma como são elaborados e conduzidos os contratos realizados entre as partes, especialmente pela expansão da Teoria dos Custos de Transação, que pode propiciar novos formatos para a concepção de contratos complexos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O Setor de Energia Elétrica no Brasil e os Atingidos por Barragens

O Brasil possui potencial de exploração de diversas fontes de energia renováveis e não renováveis, mas as usinas hidrelétricas foram eleitas como a principal fonte de energia elétrica no país e representam cerca de 66% da capacidade instalada, com participação de aproximadamente 75% do total de geração de energia elétrica (EPE, 2013).

As usinas hidrelétricas passaram a ser construídas no Brasil no final do século XIX (FOSCHIERA; THOMAZ JÚNIOR, 2012), a partir de investimentos privados, com o intuito de atender à demanda por energia elétrica (SILVA; SILVA, 2011). No entanto, foi apenas entre os anos 1930 e 1980, através de investimento público direto do Estado em infraestrutura e na produção de bens e serviços essenciais, que houve um aumento e se consolidou a oferta de energia (LIMA, 2012; PASE; ROCHA, 2010). Posteriormente, com a crise dos anos de 1980, o Estado se viu impossibilitado de continuar com os investimentos públicos no setor, levando à implementação de políticas de privatização, transferindo para as empresas privadas a responsabilidade pelo setor de energia elétrica (BASTOS, 2003; LIMA, 2012). Essa transferência se dá através de concessões e permissões do Estado para que a iniciativa privada possa explorar as usinas, geralmente com a formação de consórcios entre empresas públicas e privadas.

A construção de barragens é promovida, principalmente, como um importante meio de fomentar as necessidades de água e energia, e dar suporte ao desenvolvimento econômico. Porém, sabe-se que nem sempre esses fundamentos são seguidos, e apesar das colocações a favor da construção de usinas hidrelétricas, não se pode negar a outra face dessa questão, como os impactos decorrentes desses empreendimentos e aqueles que têm suas vidas afetadas por tais impactos.

Como afirmou Nobrega (2011), esses grandes empreendimentos não se constituem em uma “tecnologia neutra”, mas estão situados no campo da política, o qual é marcado por um grande conflito de interesses que abrange principalmente a apropriação de recursos naturais e a desapropriação dos ocupantes das terras desejadas pelos empreendimentos. Ainda segundo o autor, “estes conflitos situam os interessados na construção das barragens e as pessoas que ocupam os territórios visados pelos empreendimentos propostos em campos opostos” (NOBREGA, 2011, p. 128).

Piacenti et al. (2003) assinalam que a construção de uma usina hidrelétrica gera vários impactos, que podem atingir regiões além daquelas em que estão situados os reservatórios. Dessa forma, os principais afetados pela construção de barragens são os moradores das áreas alagadas, os quais são conhecidos na literatura como atingidos por barragens.

O conceito de atingidos abrange qualquer pessoa que passe por algum tipo de deslocamento físico ou econômico, ou que seja afetada pela “desestruturação de relações preexistentes, da eliminação de práticas, da perda de valores e recursos imateriais (religiosos, culturais)” (VAINER, 2008, p. 5). Ademais, o autor cita que com base na literatura acadêmica atual, também podem ser considerados como atingidos, os proprietários ou comunidades a jusante da barragem, independente de terem sido inundados.

2.2 A Usina Hidrelétrica do Funil e o Consórcio UHE Funil

Na região da antiga Ponte do Funil, foi construída a Usina Hidrelétrica do Funil, que está situada entre as cidades de Lavras e Perdões, no sul de Minas Gerais. Desde 1964, a CEMIG detém a concessão para exploração da Usina Hidrelétrica do Funil, conforme Decreto nº 54.705.

Assim, em junho de 2000, foi formado o consórcio empreendedor UHE Funil, sendo composto pelas empresas Cemig (49%) e Vale (51%). A Licença de Instalação (LI) foi liberada em setembro de 2000, começando assim a instalação dos canteiros de obras e construção da barragem. A Licença de Operação (LO) foi concedida em novembro de

2002, quando se iniciou o enchimento do reservatório. O empreendimento iniciou suas operações em 2003, com um prazo recorde de construção de 33 meses (UHE FUNIL, 2014).

O valor investido na obra foi de R\$211 milhões, e capacidade para gerar energia suficiente para atender 500 mil pessoas. O reservatório possui 34,71km² de extensão e sua área de impacto abrangeu os municípios de Lavras, Perdões, Ijaci, Bom Sucesso, Ibituruna e Itumirim, afetando diretamente as comunidades da Ponte do Funil, de Pedra Negra e de Macaia (COIMBRA, 2010; UHE FUNIL, 2014).

2.3 A Nova Economia Institucional

A Nova Economia Institucional (NEI) é uma corrente do pensamento econômico que resgata as bases do Institucionalismo, reforça os estudos acerca da natureza da firma e da sua singular relação com as instituições.

Segundo Filho (2006), a NEI surgiu da “hibernação intelectual do institucionalismo econômico”. Inicialmente, os institucionalistas se opunham a posição adotada pelas teorias clássica e neoclássica, nas quais o mercado era enfatizado como algo ideal, algumas vezes até hipotético, ou seja, modelo de concorrência perfeita. Diante dessa falta de praticidade e até mesmo realidade das teorias clássicas e neoclássicas, o institucionalismo

“(…) põe em cheque a veracidade do homem econômico substituindo-o pelo homem contratual. Logo, há um deslocamento de concepções como racionalidade plena, informação perfeita e ação auto interessada para a racionalidade legitimada (resultante da incerteza e da complexidade do ambiente), onde a ação racional está sempre condicionada ao contexto social no qual as escolhas são limitadas, a informação é incompleta e a ação em determinados momentos é ‘inescrupulosa’, formando as condições fundamentais para o surgimento do oportunismo.” (SANTOS, 2011).

Dessa maneira, a NEI evolui no sentido de colocar a firma em posição diferente das condições e formas preestabelecidas e esperadas pelo mercado, sendo esta, segundo Santos (2011), um conjunto complexo de contratos provenientes de várias transações que geram custos para o seu funcionamento.

O trabalho de Ronald Coase “*The nature of the firm*”, publicado em 1937, foi uma das primeiras teorias que fundamentaram a corrente institucionalista. Coase (1937) tinha como objetivo principal entender a razão de determinadas firmas trazerem, para dentro de suas estruturas produtivas, aquilo que poderia ser obtido no mercado, no ambiente de trocas, com grande especialização do trabalho. Especificamente o autor propunha-se a analisar as possíveis justificativas para a criação das novas empresas, tentando desvendar e entender a própria natureza da firma e o porquê da sua existência.

Coase (1937) realiza uma crítica à própria noção de empresa e de mercado, advindas da teoria econômica ortodoxa, porém, sem romper com as mesmas. Formulando seus questionamentos, no pressuposto clássico de que o mercado seria a solução eficiente na busca de insumos, considerando a crescente especialização da mão de obra. Porém, o autor percebia que isso não se verificava. Ao analisar o trabalho de Coase (1937), Arámbula e Álvarez (2011) afirmam que a hierarquia é mais eficiente que o mercado, pois, muitos dos custos de transação podem eliminar-se ou ao menos reduzir-se por meio da internalização.

Nessa perspectiva, ainda segundo os autores, Coase (1937) passa a adotar a firma enquanto meio de se obter maior eficiência, por meio da redução de seus custos de transação. Para ele a firma tende a expandir-se, por meio da criação de novas firmas ou aumento de sua estrutura produtiva, à medida que os custos de se organizar a produção interna se igualem aos custos de se obter os mesmos insumos no mercado.

Assim, a firma deve ser tratada, sob toda a complexidade que é inerente a ela, considerando todos os elementos que refletem nos resultados da mesma. O surgimento e o desenvolvimento de firmas não mais se justificam, somente, em sua produção, justificam-se, também, na adaptação a todos outros fatores externos a sua atuação, como política de qualidade e de preços mínimos, direitos de propriedade, tributação, assimetria de informações e o ambiente institucional.

Segundo Bueno (2004), a NEI desenvolveu-se em duas correntes diversas. A primeira nos trabalhos de North (1993) que tentam compreender as instituições, por meio do desenvolvimento econômico, além de enfatizar a questão do subdesenvolvimento de alguns países. A segunda corrente refere-se às teorias desenvolvidas por Williamson (1989), as quais enfatizam que a estrutura de governança e sua forma de constituição e desenvolvimento. Principalmente, a partir dos trabalhos do autor é que se funda a Teoria dos Custos de Transação.

2.4 A Teoria dos Custos de Transação e a Nova Economia Institucional

Na tentativa de entender a razão do surgimento das organizações, Williamson (1989) adota a Teoria dos Custos de Transação (TCT) em sua pesquisa, considerando sua natureza e origem. Segundo o autor, o propósito principal e o efeito das instituições econômicas do capitalismo são o de economizar/reduzir os custos de transação.

Diante do pressuposto inicial, fica claro que a criação/formação das organizações, entendidas como instituições econômicas do capitalismo, tem por escopo economizar (reduzindo ou extinguindo) seus custos de transação.

Porém, existem algumas diferenças entre os autores a cerca da teoria, North (1993) vê as instituições como imposições limitantes das interações humanas, ou seja, regras propriamente ditas, Williamson (1989) as vê, em sentido mais amplo, não apenas como regras, mas como o próprio mercado e os próprios agentes econômicos que nele atuam, as empresas e a interação entre eles, via contratos. Dessa maneira, para Williamson (1989), os mercados não apenas geram instituições (no entendimento de North, as regras) para as atividades desempenhadas em seu âmbito, mas também se constituem em instituições, por excelência.

Dentro desta temática, outro conceito importante diz respeito aos custos de transação. Diante da amplitude e complexidade do conceito, Arámbula e Álvarez (2011) afirmam que sua definição é algo que não se consolidou, ainda, em toda a doutrina acerca do tema, muito embora seja, de fato, sua 'coluna vertebral'. Entretanto, o conceito de transação evoluiu muito, sendo compreendido, atualmente, como elemento essencial para o estudo das instituições econômicas.

Resumindo, ao falar em custos de transação, fala-se em custos para se conduzir o sistema econômico, com o cuidado de não se fazer confusão com os custos de produção, que são os mais facilmente identificáveis e quantificáveis. Por outro lado, os custos de transação representam os custos originados de situações menos explícitas, isto é,

[...] quando se fala em custos para conceber um contrato, quer dizer que negociar as cláusulas e prever todas as salvaguardas para o acordo pode ser um processo muito custoso. Esses custos são do mercado, ou seja, custos gerados ao buscar serviços disponíveis no mercado. Em um amplo contexto de evolução societária, eles são todos os custos envolvidos *ouer time* (LUCCI *et al*, 2006).

Dessa maneira, quando se trata dos estudos dos custos de transação, trata-se, de igual forma, dos estudos ligados à unidade básica de qualquer transação econômica: o contrato. Em todo e qualquer manual básico de Microeconomia, é ensinado que contratos não geram custos consideráveis (FIANI, 2002), uma vez que tais custos são desprezados frente ao seu impacto

mínimo no valor global da transação. Tal fato é explicado pela teoria tradicional, a qual vê a transação sob o ponto de vista da completa simetria na informação, ou seja, tanto comprador, como vendedor tem acesso a todas as informações que envolvem o produto objeto da negociação.

De outro modo, na Teoria dos Custos de Transação, passa-se a considerar a assimetria de informação no resultado dos custos de transação. North (1937) já havia trabalhado a incerteza como fator determinante dos custos, cuja formação se dá, a partir de tais falhas de informação e da ausência de garantias no preenchimento dos contratos. Porém, Williamson (1989), ao adotar a TCT em suas pesquisas, revelou ainda outros elementos, como a racionalidade limitada, a complexidade, o oportunismo e a especificidade de ativos.

Williamson (1989) começou a estudar a origem das organizações, quando detectou o problema das falhas de mercado, no curso da evolução da contratação de serviços públicos. A partir daí, o autor construiu sua teoria econômica, nos termos microanalíticos, com objetivo de explicar o surgimento das organizações por meio das falhas de mercado. Arámbula e Álvarez (2011) afirmam que nessas condições, os preços não são capazes de transmitir toda a informação necessária para a eficiente distribuição de bens e serviços. Assim, Williamson propõe a hierarquia ou organização interna como modo superior de distribuição eficiente.

O que diferencia a análise de Williamson é o enfoque sociológico por ele trabalhado ao fixar a dinâmica das mencionadas falhas de mercado. Para ele, a natureza humana possui atributos rudimentares inerentes à sua própria existência, como a racionalidade limitada e oportunismo. Estas, somadas a especificidade dos ativos, constituem fatores ambientais e humanos sobre os quais é caro formular, executar e manter contratos complexos. Portanto, obtém-se a eficácia do contrato, por meio da interação desses elementos.

O primeiro dos elementos tratados por Williamson (1989) e que influencia, diretamente no surgimento das falhas de mercado, é a racionalidade limitada. Tal elemento se expressa no ser humano por meio dos limites neurofisiológicos de linguagem. Os limites neurofisiológicos constituem a chamada ‘capacidade de cômputo’, ou seja, capacidade do indivíduo de decidir, armazenar e processar informação. Os limites de linguagem referem-se à incapacidade do sujeito de expressar seus conhecimentos e sentimentos por meio de palavras e símbolos, de maneira compreensível.

Segundo Conceição (2001), a racionalidade limitada consiste na dificuldade da mente humana em tratar situações sucessivas de eventualidade. Para se evitar tal fato, os contratos devem prever tais oscilações, para que a firma se adapte às incertezas futuras. Como isso não acontece, a racionalidade limitada origina falhas de mercado, o que, conseqüentemente, ocasiona os custos de transação.

Os limites de ordem neurofisiológica e de linguagem conduzem o sujeito a outro dos elementos que também influenciam o surgimento das falhas de mercado: o oportunismo. O oportunismo manifesta-se por meio da falta de honestidade e sinceridade nas transações. De acordo com Arámbula e Álvarez (2011), é bem mais que uma mera busca da concretude do próprio interesse. É busca individualista com objetivo de distorcer a informação, criando assimetrias, fazendo com que o agente oportunista obtenha vantagens transacionais.

Por fim, outro elemento determinante das falhas de mercado é a especificidade de ativos. Refere-se à impossibilidade de mensuração dos ‘números pequenos’, devem ser considerados como transações que envolvem pequeno número de sujeitos negociantes. Especificamente, quando firmado o contrato entre estes, o mercado altera-se, de forma considerável, pois, são eles os únicos compradores ou fornecedores do produto/serviço específico objeto da contratação. Assim, cria-se uma grande especificidade no objeto do contrato, porque poucas são as partes envolvidas a negociarem o fornecimento de tais artigos.

3 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, que teve como objetivo analisar o processo de negociação do Consórcio UHE Funil (junto aos atingidos) pela ótica da Teoria dos Custos de Transação. De acordo com Sampieri, Collado e Lucio (2003, p. 12), as pesquisas qualitativas são fundamentadas em processos indutivos e sua pretensão não é generalizar os resultados obtidos, nem criar padrões para sua replicação. Além disso, a pesquisa fundamentou-se em um estudo de caso, pois neste trabalho foi abordada apenas a Comunidade do Funil, devido aos fatores tempo para coleta de dados e acessibilidade.

Para atender ao objetivo proposto, a pesquisa foi realizada por meio de visitas à Comunidade do Funil, para a coleta de dados. Foram realizadas entrevistas com os sujeitos da pesquisa, por meio de questionário semiestruturado. As entrevistas buscaram identificar junto aos atingidos questões relacionadas ao objetivo deste trabalho, e foram gravadas com a anuência dos entrevistados. Em seguida, as entrevistas foram transcritas para posterior realização das análises.

Os sujeitos da pesquisa foram os atingidos pela barragem da UHE Funil, incluídos no estudo por conveniência e/ou acessibilidade – interesse e disponibilidade de participar da pesquisa. Para delimitar o número de participantes na pesquisa, foi adotado o princípio de saturação, em que o número de entrevistados foi delimitado quando as informações se tornaram repetitivas. O total de entrevistas realizadas foi 16, sendo 12 atingidos e 4 atingidos representantes de associações da comunidade.

A técnica de análise utilizada no tratamento dos dados foi a Análise de Conteúdo, que pode ser definida como um grupo de metodologias de análise de comunicações, que emprega métodos sistemáticos e objetivos para descrever o conteúdo das mensagens (SILVA, GOBBI, SIMÃO, 2005). Utilizou-se a técnica designada por Bardin (2010) como análise temática ou categórica, realizando a categorização dos dados, agrupando-os segundo critérios de semelhança, definidos com base na fundamentação teórica e de acordo com as categorias temáticas abordadas no estudo. As categorias de análise definidas foram: a) Especificidade dos Ativos; b) Racionalidade Limitada; e c) Oportunismo.

4 RESULTADOS

Os custos de transação, segundo Pondé (1994), nada mais são que o dispêndio de recursos econômicos para planejar, adaptar e monitorar as interações entre os agentes, garantindo que o cumprimento dos termos contratuais se faça de maneira satisfatória para as partes envolvidas e compatível com a sua funcionalidade econômica. Trata-se dos custos associados ao estabelecimento dos contratos explícitos ou implícitos que organizam uma certa atividade e/ou negociação.

4.1 Especificidade dos ativos

Ativos específicos são ativos que não são reempregáveis sem que tal implique em alguma perda de valor. A condição de especificidade do ativo ocorre na situação em que é reduzido o número de produtores capazes de ofertar e de demandantes interessados em adquirir o ativo em questão.

No caso estudado, o principal ativo específico identificado é a questão da localização geográfica, pois a construção de uma usina hidrelétrica geralmente é planejada para uma determinada região, de acordo com características como a abundância hídrica e aspectos geológicos como relevo planáltico com desníveis que favorece a construção de barragens com altos níveis de produtividade. Por apresentar tais características, a região da antiga Ponte do Funil foi escolhida como local apropriado para a construção da usina.

Portanto, confirma-se a teoria de que a especificidade de localização é explicada pela imobilidade física dos ativos, em que o deslocamento implicaria em elevado custo de transação.

Além disso, destaca-se o fato de que, para o Consórcio UHE Funil poder explorar essa região, foi necessário obter uma concessão do Estado para exploração. Desde 1964, a CEMIG detém a concessão para exploração da Usina Hidrelétrica Funil, conforme Decreto nº 54.705. Mas, somente na década de 1990, a CEMIG, detentora da concessão para exploração da Usina, iniciou os estudos de viabilidade e o projeto básico, sendo protocolada a solicitação do licenciamento ambiental na Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM). A Licença Prévia (LP) foi concedida em dezembro de 1994, após a realização dos Estudos de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). Em seguida, no ano de 1996 foi assinado o Protocolo de Intenções para constituir o consórcio para a implantação e operação da UHE Funil.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) estabeleceu em junho de 2000, à CEMIG, detentora da concessão e responsável pela apresentação do Contrato de Constituição do Consórcio Empreendedor, os prazos para o aproveitamento comercial do potencial hidrelétrico Funil. Desse modo, novo consórcio empreendedor foi formado em junho de 2000, sendo composto pelas empresas Cemig (49%) e Vale (51%).

Quanto maior o grau de especificidade do ativo, maiores serão os riscos e problemas de adaptação, logo, mais elevados serão os custos de transação. Segundo Williamson (1989), dois fatores dos custos de transação podem influenciar os tipos de contratos e de governança, que são: os fatores específicos de cada transação, nesse caso a especificidade dos ativos, e os humanos ligados aos agentes da transação, que serão apresentados a seguir.

4.2 Oportunismo e Racionalidade Limitada

A construção da Usina do Funil teve início de forma inesperada para os moradores e proprietários da região, uma vez que estes já ouviam essa estória há muitos anos e ela nunca se concretizava.

No começo ninguém acreditava no projeto, pois era uma história da época do meu avô. Somente acreditaram quando as máquinas chegaram, começaram as obras e as indenizações (representante de associação 3).

A princípio, ainda na fase inicial de construção do empreendimento, as pessoas da região não sabiam o que fazer e nem mesmo se seriam atingidas. Somente no momento em que os representantes do consórcio começaram a visitar os moradores da região, é que eles perceberam que a estória contada há anos iria se tornar realidade. A partir disso, os relatos dos entrevistados expressam claramente o sentimento de medo e de incerteza vivido naquele período, trazido pela situação que teriam que enfrentar.

Assim que chegou a notícia alguns ficou assim, meio em dúvida, né? E depois foi desenrolando os processos, veio as assistentes sociais fazendo entrevista com a gente, né? E naquilo foi desenrolando, né? (atingido 10).

Teve todo um processo né, pessoas procurando a gente pra conversar, fazendo um cadastro, teve todo esse envolvimento (atingido 3).

E a negociação foi feita aos poucos foram chegando negociadores em nome do consórcio e foram desenvolvendo táticas de aproximação e assim foi feita a negociação (atingido 8).

Para Lima (2006) a falta de informações exatas e/ou incompletas para nortear a tomada de decisão dos agentes econômicos limita sua capacidade de agir de modo eficiente, sendo fonte de mau funcionamento dos mercados e perda de bem-estar da sociedade atingida

pelo processo de negociação. Considera-se que uma situação de informações assimétricas é aquela na qual, os diferentes agentes na cadeia, possuem informações distintas sobre uma transação (Pindyck, 2002). Assim, de acordo com Barbosa (2007), a assimetria de informação atuará no sentido de favorecer uma das partes em detrimento à outra, de modo a alterar o resultado final da transação, ou seja, na presente pesquisa a assimetria de informações poderia prejudicar o decorrer das negociações.

No caso apresentado, quando se iniciou o processo de implantação do empreendimento, os representantes tinham a função de procurar os moradores e proprietários que seriam atingidos, buscando uma aproximação para que fosse possível realizar a negociação das terras e dos bens. Teoricamente, esse também seria o momento de explicar quais seriam as mudanças e os impactos decorrentes da construção da barragem, e de negociar outros danos além das questões territoriais e materiais. Porém, o foco manteve-se nas indenizações, com os representantes do consórcio trazendo avaliações prontas e propostas para os atingidos, baseadas em critérios e padrões de indenização estabelecidos pelo próprio consórcio. As propostas consideravam basicamente a indenização em dinheiro, sobre as terras alagadas, plantações e benfeitorias, como casas e outros tipos de construção. Portanto, é possível perceber como a assimetria de informações acabou favorecendo os empreendedores durante a negociação, no quesito indenizações.

Por outro lado, a questão da incerteza também é fator relevante na teoria da informação assimétrica, pois, não há como prever as eventualidades que podem ocorrer ao longo do tempo do contrato e até mesmo durante o processo de negociação, sendo necessárias adaptações. Ademais, de acordo com Machado e Zylbersztajn (2004), adaptado de Milgrom & Roberts, pode-se haver três tipos de problemas de assimetria de informação no momento da realização de um contrato, as características ocultas do mesmo, ações ocultas e intenções ocultas. Nessa etapa da negociação pode-se inferir que o primeiro problema, características ocultas (problemas *ex-ante*), foi identificado, ou seja, é a etapa anterior ao processo de negociação, na qual antes ser efetuada, o negociante pode ocultar informações sobre características negativas do bem a ser transacionado, prejudicando todo o mercado. Isso fica claro quando entrevistados relataram que, apesar de inicialmente não ter havido uma preocupação por parte do consórcio em abordar as medidas mitigatórias sobre outros danos além dos territoriais e patrimoniais, após reivindicações dos atingidos, foi preciso negociar também a realocação da comunidade do Funil, que seria totalmente alagada.

Eles achavam que o compromisso que eles tinham era de indenizar as pessoas e cada um se virar. E aí isso a gente não concordava. Eu e mais uns 3 ou 4, não concordava com isso, a gente achava que a comunidade teria que ser realocada (atingido 7).

Após as negociações, um Termo de Acordo foi assinado entre as partes, prevendo a realocação da comunidade por parte do consórcio, demonstrando uma adaptação decorrente das incertezas desse processo de negociação. Desse modo, a comunidade da Ponte do Funil, foi realocada em uma área próxima à antiga região da ponte, onde foram construídas casas para a realocação de 52 famílias. Cabe destacar que dentre essas famílias realocadas, existiam vários casos sociais (pessoas conhecidas como agregados ou posseiros, ou seja, pessoas que moram de favor ou constroem de forma ilegal nas áreas atingidas, mas não possuem legalmente terras ou imóveis), que podem ser considerados como atores vulneráveis, tanto pela condição econômico-financeira quanto pela falta de conhecimento dos próprios direitos. Portanto, pode também ser observado aqui um certo oportunismo, o qual a ideia central está relacionada ao padrão de orientação que o indivíduo estabelece para a busca do seu próprio interesse e que termina por se refletir no padrão de relacionamento entre os agentes econômicos. Esse fato pode ter colaborado para que o processo de negociação da UHE Funil tenha se dado de maneira mais “amigável”.

Ainda em relação à realocação da comunidade, a maioria dos atingidos relatou que as casas que foram construídas eram muito ruins, pequenas e com estrutura deficiente. Os valores pagos como indenização também foram considerados baixos em diversos casos. Além disso, vários entrevistados relataram falta de clareza dos critérios estabelecidos para realizar as indenizações, demonstrando sua insatisfação por não saber quais foram os critérios utilizados para definir os valores que cada um deveria receber. Inclusive o acesso do consórcio a certos recursos (profissionais especializados, informações, capital, etc.) e a falta de acesso para os atingidos, reforça a noção de uma relação desigual, em que os atingidos ocupam uma posição de vulnerabilidade. Esse fato evidencia fortemente a assimetria de informações, pois os atingidos não tiveram acesso a informações sobre o estabelecimento dos critérios utilizados na negociação, o que pode ter ocasionado uma postura oportunista por parte do consórcio. Para Rocha Júnior (2012) com a existência da racionalidade limitada e do oportunismo, não existe um contrato que seja completo, podendo existir falha pela complexidade dos contratos e limitação do ser humano.

Entre a avaliação particular e a avaliação deles, deu uma diferença enorme. [...] então a gente não sabe muito bem o critério que foi usado [...] É muito vago, as coisas são muito vagas... (atingido 5).

A questão da terra foi uma meramente indenizatória e exploratória vamos dizer assim, do grande com o pequeno, a questão da terra foi colocada assim, foi uma negociação desigual [...] o movimento mitigatório com o pessoal mais humilde não foi adequado... (atingido 8).

Ah, nesse caso foi totalmente injusto, porque eu ganhei uma casa e na verdade foi uma casa sem alicerce, que todas lá são assim... (atingido 9).

Outro aspecto em que também é possível identificar características de oportunismo é em relação às obras de infraestrutura que foram realizadas, como asfaltamento, implantação de energia elétrica e estação de tratamento de esgoto, fornecimento de água potável, além do acesso a serviços sociais básicos como educação, saúde, habitação e transporte. As análises revelam que esses fatores foram apontados pelos atingidos como aspectos positivos da construção da usina. Essas ações caracterizam-se como oportunistas, pois visaram facilitar a negociação e diminuir ruídos negativos para o empreendimento. No entanto, ressalta-se que todas essas ações representam medidas mitigatórias obrigatórias, geralmente exigidas pelas regulamentações específicas desse tipo de empreendimento.

Olha, o benefício que teve aqui de início é a questão do transporte, não estando chovendo, é claro, mais agora melhorou um pouco, o ônibus passa aqui na porta, a facilidade da gente se deslocar, o posto de saúde que tem médico a cada quinze dias, tem escola, tem muita coisa boa (representante de associação 2).

Médico por exemplo, se você precisava de um médico você tinha que vir em Lavras. Então nós construímos um posto de saúde. Ele mostrou que o prefeito deu importância pro posto de saúde. Então médico a cada 15 dias, tem enfermeiro. A escola funciona na comunidade, coisa que não era. Então tudo isso aí é legal (atingido 7).

É possível perceber que há uma falta de acesso à informação nesse sentido, pois os atingidos percebem essas melhorias como benefícios que o empreendimento trouxe para a comunidade, e não como direitos que eles deveriam ter acesso, pois são garantidos por lei para qualquer pessoa.

Ressalta-se que, embora estes agentes busquem criar instituições para estruturar as interações humanas, North (1992) afirma que o resultado será sempre uma certa medida de imperfeição nos mercados em que atuam. Realmente, os incentivos gerados pelas instituições passam sinais confusos às partes e, assim, mesmo nos casos em que um arcabouço institucional é mais propício do que a estrutura institucional anterior para que se ganhe com as

transações, sempre haverá incentivos ao oportunismo e aos aproveitadores, contribuindo assim para uma imperfeição ou falha no mercado.

Outro aspecto importante, que é ressaltado pelo consórcio, é a reativação econômica das populações atingidas. Devido aos impactos gerados pela construção de uma usina, durante o processo de licenciamento são exigidas medidas e ações que busquem reestabelecer as condições de vida dos atingidos e diminuir de alguma forma os impactos sofridos, segundo a Resolução 237/97 e a Resolução 01/86 do CONAMA (CONAMA, 1997, 1986). Para tentar minimizar o impacto gerado, o consórcio propôs o Programa de Reativação Econômica, para tanto, foram formadas três associações: Cooperativa de Pesca da Ponte do Funil (COOPERFUNIL), Associação dos Artesãos da Ponte do Funil (ARTEFUNIL) e Associação dos Agropecuaristas da Ponte do Funil (AGROFUNIL), com o objetivo de criar alternativas para geração de renda extra para as famílias atingidas (UHE FUNIL, 2014), mas contata-se que, na realidade, para alguns atingidos essas atividades se tornaram a única fonte de subsistência. Identifica-se ainda uma relação de dependência das associações, que fornece subsídios financeiros e de materiais para o desenvolvimento das atividades, e para que as associações possam ser mantidas em funcionamento.

O consórcio a gente deixa o mais grosso. Porque tudo que a gente; até hoje, tudo que eu fui lá no consórcio pedir, eles deram, tudo que a gente precisou; porque a gente leva documento, ofício, certinho, tudo legalizado, ai eles não negam pra gente não. A gente chega e fala tô precisando disso, disso e isso, ai eles chegam e vão lá (representante de associação 1).

Assim, mais uma vez, ressalta-se o papel das instituições para a manutenção dos custos de transação envolvidos na negociação, pois, as instituições são formadas para reduzir as incertezas, o que não significa que os resultados serão eficientes.

Outro ponto a ser ressaltado é o fato de os membros participantes das associações também receberem uma cesta básica mensalmente do Consórcio, verificando-se novamente uma relação de dependência da associação e dos associados com o consórcio.

Tanto é que uma coisa que eles fizeram, que eu não concordo até hoje, foi a doação da cesta básica. A cesta básica pra mim foi o que fez a diferença e acabou com a comunidade. Eu principalmente era contra. Na época eu era presidente da associação de moradores, então o primeiro caminhão de cesta básica que chegou na comunidade eu falei, não vai entregar cesta. Nós não queremos cesta básica. Nós queremos condição pra gente ganhar a cesta, pra gente trabalhar, pra gente conquistar ela. Não queremos ela de graça. Isso ai vai ser massa de manobra e é até hoje (atingido 7).

Tal fato revela que o assistencialismo se tornou uma característica intrínseca a esses programas de reativação econômica, que traz implicações para o consórcio, como custos extras para o empreendimento e a necessidade de se manter uma relação sempre próxima à comunidade.

Segundo a visão do consórcio, os programas representam um meio para o desenvolvimento social sustentável, por meio da participação, da organização e do fortalecimento das pessoas, sendo que o consórcio expõe que o seu desafio é fazer com “que as comunidades organizadas ganhem força para realizar seu trabalho, promovendo e comercializando seus produtos, garantindo a comunidade geração de renda e dignidade” (UHE FUNIL, 2012). No entanto, a visão que os atingidos apresentam sobre esses programas é divergente do discurso adotado pelo consórcio, como demonstra a fala de um dos representantes de associação quando questionado sobre tais programas:

Então nós ficamos na expectativa, nós imaginou que nós ia ganhar mundos e fundos com que a gente plantasse, nós achou que ia caminhar com as próprias pernas, mas não foi nada disso (representante de associação 4).

Ou seja, nesse caso ocorre assimetria de informação quando uma das partes (agentes), aqui representado pelo consórcio, numa determinada transação detém uma informação relevante, que a outra parte, atingidos, não possui. Ressalta-se, que, sendo assim, na presença da assimetria de informação há um maior espaço para o exercício do comportamento oportunista, podendo elevar os custos de transação (WILLIAMSON, 1985).

A psicologia deles é fora do sério. Então quando senta pra negociar, se você não for esperto, você faz uma pergunta pra eles, eles te retruca e pergunta pra que você quer isso, se você não souber responder, você já foi pro espaço, entendeu? Então não tem como você negociar com eles [...] eles tem tudo, e a gente não tem ninguém. Eles tem advogado, e a gente não tem ninguém (atingido 7).

Faltou, faltou (*acompanhamento*), eu não sei a quem caberia isso né, no caso, de onde viria isso, porque lógico que do Consórcio não seria né, porque não é a parte interessada, a população pra ter um advogado não tinha condições de bancar (atingido 5).

Eles tinham a estratégia e eu não tinha estratégia nenhuma, eu nunca vou ter a experiência de uma pessoa que já negociou 5 ou 10, o P. já negociou com 50 O., eu vi o P. uma vez na vida, não tem maneira de eu ganhar dele (atingido 8).

Além disso, por meio das entrevistas, percebe-se que inicialmente a participação dos atingidos nos processos decisórios foi pequena, pois o grupo não estava organizado, nem tinha acesso a informações ou conhecimento para lidar com aquela situação ou influenciar as decisões do consórcio. Ou seja, significa que os agentes agem racionalmente, mas se defrontam com limitações na hora de acessar ou processar as informações.

Não, nunca teve reunião. [...] Eram pessoas humildes que não sabiam o que estavam fazendo, se a gente não faz essa associação, nós não teríamos nada. Nós saímos daqui e batalhamos, fomos a Belo Horizonte, fomos na FEAM (atingido 2).

Houve algumas associações que formaram quando eles começaram a negociar, mas a gente não participou não, [...] a maioria negociou por si só mesmo. [...] foi mais as negociações individuais (atingido 1).

É possível inferir ainda que o fato de haver pouca resistência pode estar relacionado a algumas ações adotadas pelo consórcio na época da implantação, como negociar primeiramente com grandes proprietários dispostos a aceitar a negociação e deixar os atingidos mais vulneráveis para o fim das negociações, e buscar a negociação com a maioria dos atingidos para garantir a realização do empreendimento, como expõe o atingido 1.

Com 50% (*dos atingidos*) mais um lá, e depois eles viram que já tava garantido dar início nas obras, então... mas não houve muita resistência não, poucas pessoas às vezes não concordou com o preço né (atingido 1).

[...] a nossa comunidade, tudo que a usina falou eles entrou em acordo, sem briga, sem nada. Então as outras comunidades já teve esses conflitos, brigas pra melhorias, pra ter coisas melhores (representante de associação 1).

Dada a limitação de racionalidade, os agentes econômicos são incapazes de antecipadamente prever e estabelecer medidas corretivas para qualquer evento que possa ocorrer quando da futura realização da transação, de modo que as partes envolvidas devem levar em conta as dificuldades derivadas da compatibilização das suas condutas futuras e de garantir que os compromissos sejam honrados dentro da continuidade da sua interação. É neste contexto que as formas organizacionais adquirem importância na avaliação da eficiência do sistema econômico (BURLAMAQUI, FAGUNDES, 1996, p. 127).

Ressalta-se que a teoria dos custos de transação afirma que a magnitude dos custos de transação varia conforme as características da transação/negociação e do ambiente competitivo.

A teoria encontra-se em franca expansão, sendo muito aplicada nos estudos sobre integração vertical e nas questões envolvendo direitos de propriedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido ao aumento na construção de empreendimentos hidrelétricos e da complexidade dos contratos envolvidos nesse processo, acredita-se que a Teoria dos Custos de Transação, que está em franca expansão, possa nortear as negociações e contratos entre empreendimento e atingidos.

Deste modo, o presente trabalho teve como objetivo investigar e analisar o processo de negociação do Consórcio do Funil pela Ótica da Teoria dos Custos de Transação, enfatizando a especificidades dos ativos, racionalidade limitada e o oportunismo envolvidos neste tipo de negociação, motivado pela proximidade da região em estudo e a aplicabilidade da teoria em contratos desse tipo.

Com base na teoria apresentada, foram definidas como categorias norteadoras da pesquisa a especificidade dos ativos, a racionalidade limitada e o oportunismo. Inferiu-se que a localização foi o ativo específico determinante para a negociação e formulação dos contratos, ressaltando que a concessão do Estado pré-determina a área de exploração para o empreendimento. Em relação ao oportunismo e a racionalidade limitada, observou-se uma grande assimetria de informações entre consórcio e atingidos, e também uma situação com alto nível de incerteza, tanto para os empreendedores quanto para os atingidos.

Percebe-se que a Teoria dos Custos de Transação apresentou grande contribuição para analisar o contexto de construção de usinas, trazendo novas perspectivas e direcionamentos para o processo de negociação e elaboração de contratos na implantação dos empreendimentos.

Como limitação do estudo, destaca-se o fato de a pesquisa ter sido realizada um longo período após o processo de negociação e a falta de acesso direto aos contratos com o posicionamento do consórcio. Portanto, sugerem-se para trabalhos futuros, pesquisas que envolvam o acesso direto aos contratos e entrevistas com os empreendedores, além da possibilidade de uso da técnica da Análise Discreta Comparada.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAMBULA, H.; ALVAREZ. D. G. La economía de los costos de transacción. Uma explicación alternativa para el estudio de las organizaciones. Disponível em: http://www.gestionypoliticapublica.cide.edu/num_antteriores/Vol.II_No.II_2dosem/AH_Vol.II_No.II_2dosem.pdf. Acesso em 17 de Maio de 2015.

BARBOSA, C. de J. CUSTOS DE TRANSAÇÃO. **Revista Acadêmica Alfa**. Disponível em <<http://www.alfa.br/novosite/revista> > . Acesso em 23 de junho de 2015.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010. 281 p.

BASTOS, F. M. **Neoliberalismo e a recente política de privatização no Brasil: o caso da malha nordeste da Rede Ferroviária Federal SA–RFFSA**. 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Transportes) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

BUENO, N. P. **Possíveis Contribuições da Nova Economia Institucional à pesquisa em História Econômica Brasileira: Uma Releitura das Três Obras Clássicas Sobre o Período Colonial**. Estudos Econômicos. V. 34, N. 4, p. 777-804. São Paulo, Outubro-Dezembro 2004.

BURLAMAQUI, L. E FAGUNDES, J. Keynes, Schumpeter e Política Industrial. **Archè**, número especial. 1993.

COASE, R. **“The nature of the firm”**, *Economica* 4, 1937.

CONCEIÇÃO, O. A. C. **Os antigos, os novos e os neo-institucionalistas: ha convergência teórica no pensamento institucionalista?** Ano 19, nº 36. Porto Alegre, Setembro de 2001.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. **Resolução CONAMA nº 1, de 23 de janeiro de 1986**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>>. Acesso em: 22 set. 2014.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. **Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res97/res23797.html>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Anuário estatístico de energia elétrica**. Rio de Janeiro, 2013.

FIANI, R. **Teoria dos custos de transação**. In: KUPFER, D. K.; HASENCLEVER, L. (Org.). **Economia industrial: fundamentos teóricos e práticos no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, p. 267-286. 2002

FILHO, E. B. S. A teoria da firma e a abordagem dos custos de transação: Elementos para uma crítica institucionalista. **Pesquisa & Debate**, SP, volume 17, número 2 (30), p. 259-277, 2006.

FOSCHIERA, A. A.; THOMAZ JÚNIOR, A. A luta dos atingidos por barragens no Brasil: o caso dos atingidos pela Usina Hidrelétrica de Barra Grande. **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, Sobral, v. 14, n. 1, 2012. Disponível em: <<http://www.uvanet.br/rcgs/index.php/RCGS/article/view/10>>. Acesso em: 22 nov. 2014.

LIMA, C.R.M de. **Informação, assimetria de informações e regulação do mercado de saúde suplementar**. Disponível em http://www.encontros-bibli.ufsc.br/bibesp/esp_03/910_GT5_lima.pdf . Acesso em 24 de junho de 2015.

LIMA, S. C. **Reforma do Estado e o setor de infra-estrutura no Brasil durante o período 1990-2002**. 2012. 191 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

LUCCI, C. R.; GONÇALVES, A. F.; SCARE, R. F. Aplicação da Nova Economia Institucional ao ambiente portuário: análise dos custos de transação no Porto de Santos. **Revista Análise Econômica**, Porto Alegre, Ano 24, p. 145-164, Setembro 2006.

MACHADO, R. T.; ZYLBERSTAJN, D. Coordenação do sistema da carne bovina no Reino Unido: implicações da rastreabilidade e da tecnologia de informação. **Revista de Administração da UFLA**. 2004.

NOBREGA, R. S. Os atingidos por barragem: refugiados de uma guerra desconhecida. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 19, n. 36, p. 125-143, 2011.

NORTH, D. C. **Desempeño económico en el transcurso de los años**. Premio Nobel de Ciências Econômicas, Suécia, dezembro 1993.

NORTH, D. **Custos de Transação, Instituições e Desempenho Econômico**. Instituto Liberal, 1992.

PASE, H. L.; ROCHA, H. J. O governo Lula e as políticas públicas do setor elétrico. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 32, 2010.

PIACENTI, C. A. et al. Apontamentos sobre a economia dos municípios atingidos pelas hidrelétricas de Salto Caxias e Itaipu Binacional. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, Curitiba, v. 104, p. 103-123, 2003.

PINDYCK, Robert S; Rubinfeld, Daniel L. **Microeconomia**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

PONDÉ, J.L. Coordenação, Custos de Transação e Inovações Institucionais. **Texto para Discussão no 38**, IE/UNICAMP. 1994.

ROCHA JÚNIOR, W. F. A matriz estrutural prospectiva com o enfoque da nova economia institucional: o caso do agronegócio da erva-mate. Florianópolis, 110p. 2001. **Tese de Doutorado – UFSC**.

SAMPIERI, R.; COLLADO, C.; LUCIO, P. **Metodología de la investigación**. México: McGraw-Hill, 2003. Disponível em: <<http://www.unavarra.es/>>. Acesso em: 22 nov. 2013.

SANTOS, S. R. S. **A Nova Economia Institucional**. Resumo. 2011. Disponível em: <http://d.yimg.com/kq/groups/16643321/270946459/name/A+nova+economia+institucional.pdf>. Acesso em 15 de maio de 2015.

SILVA, C. R.; GOBBI, B. C.; SIMÃO, A. A. O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 7, n. 1, p. 70-81, 2005.

SILVA, R. G. S.; SILVA, V. P. Os Atingidos por barragens: reflexões e discussões teóricas e os atingidos do Assentamento Olhos D'água em Uberlândia-MG. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 23, n. 3, p. 397-408, set./dez. 2011.

UHE FUNIL. **A usina**. Disponível em: <<http://www.ahefunil.com.br/home/>>. Acesso em: 31 mar. 2014.

UHE FUNIL. Consórcio AHE FUNIL. **Boletim Informativo**, Lavras, v. 4, n. 27, jul./ago. 2012. Disponível em: <<http://www.ahefunil.com.br/downloads/>>. Acesso em: 2 dez. 2014.

VAINER, C. B. Conceito de atingido: uma revisão do debate. In: ROTHMAN, F. D. (Org.). **Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamentos e barragens**. Viçosa, MG: UFV, 2008.

WILLIAMSON, O. **Las instituciones económicas del capitalismo**. México: Fondo de Cultura Económica, 1985.

WILLIAMSON, O.E. **Las instituciones económicas del capitalismo.** México: Fondo de Cultura Económica, 1989.